



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Relatório de Audiência

Dia: 13 de março de 2018

Hora: 15h30

N.º 52 GT-A-XIII/3.ª

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores da Soares da Costa, S. A.

ASSUNTO: Plano especial de revitalização em curso (PER)

Recebida pelas Senhoras Deputadas Maria das Mercês Borges (PSD) e Diana Ferreira (PCP) e pelo Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS).

A Senhora Deputada **Maria das Mercês Borges (PSD)**, Coordenadora do Grupo de Trabalho - Audiências da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), deu as boas vindas à requerente da audiência, na pessoa dos membros da Comissão de Trabalhadores da Soares da Costa, S. A., José Silva Martins, Abílio Ferreira e Manuel Almeida, explicando os moldes em que a audiência se iria processar e concedendo, em seguida, a palavra aos referidos representantes para expor os motivos pelos quais pediram para ser recebidos.

Começou por usar da palavra o Senhor José Silva Martins, que agradeceu a concessão da audiência e indicou que esta empresa, constituída em 1918, foi registando um progressivo decréscimo de trabalhadores nos últimos anos, sendo neste momento o número total inferior a 1000 trabalhadores (em termos de quadro), tendo remetido por e-mail para esta Comissão o último plano de revitalização aprovado. As dificuldades da empresa estavam assim identificadas, sendo a sua máquina demasiado pesada, e tendo deixado entretanto de concorrer a obras nacionais. Depois disso, o mercado angolano deixou igualmente de ser exequível e apetecível, não tendo sido também efetuada uma aposta na requalificação urbana, tendo-se perdido esse nicho de mercado. Por outro lado, defendeu que a aquisição da empresa de construção civil Contacto contribuiu de igual modo para o declínio da Soares da Costa, S. A., na medida em que os trabalhadores provenientes desta empresa praticamente duplicaram os seus salários. Já em 2014, com a entrada do Grupo António Mosquito (GAM) no capital social, a empresa foi desbaratada muito rapidamente, verificando-se em 2015 uma debandada de funcionários. Em dezembro desse ano, terá sido preparado o



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

despedimento coletivo de 500 trabalhadores, que não se chegou a concretizar. Enquanto isto, os salários continuavam em atraso, tendo sido aprovado em agosto de 2016 o primeiro plano de revitalização da empresa, com o voto contra do maior credor da empresa, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), e em junho de 2017 o segundo, desta vez com o voto favorável da CGD, e que viria a ser homologado a 19 de fevereiro do corrente, mas que ainda não transitou em julgado porque terá sido apresentada neste período de tempo uma impugnação pelo credor espanhol Abanca. Deu conta da existência de salários em atraso desde junho de 2017, e da previsão no plano de um perdão de dívida dos créditos das instituições bancárias de 50% após o trânsito em julgado do plano, para além de um leilão de parte dos bens da empresa revitalizanda. A este propósito, estranhou que o Administrador Judicial Provisório (AJP) tivesse validado esta operação, referindo que a empresa continua a ser titular de um estaleiro em Vila Nova de Gaia e outro em Azeitão.

Terminada a intervenção inicial do representante do requerente, foi dada a palavra aos Senhores Deputados para colocarem questões, não sem que antes a Senhora Coordenadora agradecesse a exposição e os documentos entregues pelos requerentes da audiência.

Começou por tomar da palavra a Senhora Deputada **Diana Ferreira (PCP)**, que, com a anuência dos demais Senhores Deputados, acabou por intervir em primeiro lugar, já que teria de se ausentar logo de seguida em virtude de outros trabalhos parlamentares, e que valorizou a exposição efetuada pela Comissão de Trabalhadores, em especial a evolução histórica da situação, transmitindo a solidariedade do seu Grupo Parlamentar, que afirmou que tem intervindo em momentos diferentes de todo este processo, revelando a sua preocupação com o futuro de uma empresa quase centenária e com o dos respetivos trabalhadores e suas famílias. Acrescentou que analisariam o Plano de Revitalização, e exortou os trabalhadores a continuarem a luta pelos seus direitos e pelos seus postos de trabalho, até porque não foram eles que colocaram a empresa nesta situação, produzindo pelo contrário a riqueza que a empresa arrecada.

Usou então da palavra o Senhor Deputado **Joaquim Raposo (PS)** que começou de igual modo por saudar e cumprimentar a Comissão de Trabalhadores, confessando não se mostrar surpreendido com algumas destas questões, e referindo que a venda dos equipamentos comprometia o futuro da empresa: a crise teria então acentuado os problemas da empresa, que se agudizaram com os trabalhos realizados em Angola.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Realçou a significativa redução de pessoal verificada, e lamentou a situação em que se encontravam estes trabalhadores, dizendo ainda que não via possibilidade de a empresa se salvar com o PER, acrescentando que a reabilitação urbana poderia ter contribuído para a sua recuperação, não podendo porém a sua atividade centrar-se apenas neste ramo.

Por fim, interveio a Senhora Deputada **Maria das Mercês Borges (PSD)**, aqui em representação do seu Grupo Parlamentar, saudando a determinação e a coragem da Comissão de Trabalhadores, e perguntando quantos trabalhadores se encontravam neste momento na empresa, e quais as funções que lhes eram atribuídas, indagando ainda se os trabalhadores tinham avançado com a suspensão dos contratos de trabalho ou com a resolução dos mesmos com justa causa, bem como sobre as expectativas de recuperação dos créditos pendentes.

Finalizada a ronda de intervenções dos Senhores Deputados, a **Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho** deu novamente a palavra ao **requerente** para responder, tendo o Senhor José Silva Martins indicado que, neste momento, das obras recentemente em curso, a empresa havia cedido a sua posição contratual nas Águas de Arcos de Valdevez, com a conseqüente saída dos trabalhadores; no caso da requalificação da Ponte do Guadiana, foi consumada a rescisão unilateral do contrato pela Infraestruturas de Portugal, mau grado as diligências da Comissão de Trabalhadores junto do GP do PS; a entrega desta obra motivou a entrega de uma obra mais pequena em Monte Gordo, já que o estaleiro era comum; foi igualmente retirada pela Câmara de Lisboa a obra no Museu do Design, mantendo-se porém o Teatro de Variedades, no Parque Mayer, e que - segundo consta - estaria também por um fio. Enumerou que neste momento os trabalhadores efetivos da empresa não deviam chegar aos 200 entre Portugal, Angola e Moçambique, e deu conta das obras paradas em Angola devido às greves dos trabalhadores, exemplificando com a Parcela 1 da Baía de Luana. A sede da empresa localizava-se por ora no Estaleiro de Vila Nova de Gaia (armazém e mecânica), sendo que antes disso a Construtora pagava 200 mil euros mensais à sociedade de investimentos pela ocupação do edifício sito na Rua Santos Pousada. Por outro lado, os trabalhadores, em particular os que têm longas carreiras contributivas, temem as conseqüências de um eventual despedimento e das penalizações que poderão advir dos pedidos antecipados de reforma. Foi ainda reportada a questão que havia sido levada à Provedoria de Justiça, a respeito do Fundo de Garantia Salarial (FGS), pois os trabalhadores entendem que suportam em duplicado as contribuições à Segurança Social,



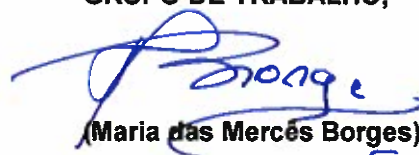
COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

já que estes montantes não lhes foram reconhecidos pelo AJP, e posteriormente ainda vieram a ser deduzidos aquando dos pagamentos efetuados pelo FGS.

Finalizada a intervenção dos representantes do requerente, tomou a palavra a **Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho** para os cumprimentar e agradecer os documentos, realçando que havia sido tomada a devida nota das preocupações que haviam sido relatadas e desejando votos de uma solução positiva para este processo.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2018.

A COORDENADORA DO
GRUPO DE TRABALHO,



(Maria das Mercês Borges)